



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

44 anos depois...

“Quarenta e quatro anos após a entrada em funcionamento do primeiro Governo Constitucional Autónomo, importa que os agentes políticos – todos eles - se questionem sobre que respostas satisfatórias têm sido dadas ao mais humilde cidadão da ilha do Pico ou do Corvo, do Nordeste ou da Calheta de São Jorge”

Foi há 44 anos que o primeiro Governo Regional dos Açores iniciou a administração autónoma do arquipélago.

No início, o processo não foi consensual, pois os habitantes destas ilhas tinham razões de queixa para duvidar de que os interesses e direitos das nove, seriam tratados com equidade.

Na mente do cidadão comum, persistia – e ainda subsiste – a dúvida de que os governantes sediados nas ex-capitais de distrito iriam, com o rodar dos anos, envolver as restantes seis na partilha administrativa do poder, disponibilizando aos quadros e técnicos entretanto formados, a possibilidade de integrarem os novos serviços públicos continuando a viver no torrão natal e promovendo a fixação das jovens gerações.

Tinham razão os que assim pensavam, pois em quatro décadas, a tripolaridade cimentou-se e afirmou-se nas três ex-capitais, todavia os serviços não foram distribuídos pelo arquipélago, como se esperava.

E não vale a pena apontar o dedo a esta ou àquela ilha e seus habitantes.

O poder político tem por missão a defesa da justiça, da equidade, do progresso e do bem-comum, cabendo-lhe satisfazer - o que não tem acontecido - as aspirações legítimas de ilhas cada vez menos povoadas e mais envelhecidas. Por falta de coragem, certamente, o que aumenta o desânimo dos lesados há décadas com esta estruturação administrativa.

O centralismo não existe apenas na mentalidade do poder de Lisboa. Ele manifesta-se, nos Açores, de formas diversas e atende sobremaneira à concentração do eleitorado em prejuízo das “insignificantes” ultraperiferias açorianas, cada vez mais carecidas do essencial.

A compreensão da singulari-



dade e do querer de cada ilha e de cada localidade, a aceitação dos problemas por que passam os seus habitantes, é a única forma capaz de promover a necessária unidade das nossas ilhas e de alterar este estado de coisas.

Quem não entende as nossas especificidades insulares, normalmente designa por bairrismo, reclamações antigas, direitos não satisfeitos vindos de pequenas ilhas e de comunidades sem-voz, que mais não pretendem senão aceder a satisfatórias condições de vida existentes noutras localidades.

Assim promove-se a desunião, a fuga de jovens para os centros

urbanos maiores, a emigração - clandestina ou não.

As ilhas pequenas ficam, normalmente, a perder no seu crescimento e tardam em aproximar-se dos lugares da frente, apesar das suas potencialidades.

Felizmente, os que nelas ficam, não desarmam e são resilientes. Agarram-se às suas tradições culturais e animam o seu viver, “enquanto Deus quiser”. Esta forma de estar tem preservado a identidade cultural - bem precioso -, o que é de louvar.

De entre as manifestações típicas de cada ilha, saliento o rejuvenescimento dos “balhos” de roda,

nomeadamente a Chamarrita, as filarmónicas, cujo interesse pelas crianças e jovens é de louvar, a preservação do cerimonial das Festas do Espírito Santo, as confraternizações familiares nas mantanças dos porcos e das vindimas, a produção de artefactos típicos, as manifestações da religiosidade popular e o desvelo na preservação do património cultural.

Se o processo autonómico não integrar a cultura e identidade própria de cada ilha e não responder ao viver e às necessidades das suas gentes, de pouco vale apelar à participação cívica nos atos eleitorais.

Quarenta e quatro anos após a entrada em funcionamento do primeiro Governo Constitucional Autónomo, importa que os agentes políticos – todos eles - se questionem sobre que respostas satisfatórias têm sido dadas ao mais humilde cidadão da ilha do Pico ou do Corvo, do Nordeste ou da Calheta de São Jorge – esse açoriano ou açoriana que luta pela vida no dia-a-dia e que estampa no rosto as agruras do mar e das inverniais, o calor do sol, a rudeza do acesso a ravinas e campos de pão, a firmeza das convicções religiosas e o amor ao torrão natal.

Se a Autonomia não responder a estas contrariedades, toda a sua credibilidade, eficácia e devir estão em causa.

O poder político tem de preocupar-se em satisfazer não só os interesses de grupos sociais, como em atender aos direitos fundamentais dos sem-voz.

O desígnio da fraternidade humana é tratar todos por igual.

Essa deve ser também a prioridade da Autonomia açoriana.

*jornalista c.p. 239 A

<http://escretemdia.blogspot.com>